

NOTAS DE LEITURA SOBRE UMA VISÃO HISTÓRICA DO CAMPO

*Angela Mendes de Almeida**

RESUMO: Este estudo é uma revisão bibliográfica de uma série de autores clássicos brasileiros, bem como de outros mais recentes, em especial das obras de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Junior, tendo como fio condutor a questão rural na história do Brasil. Nele, procuram-se discutir alguns conceitos, particularmente a distinção, feita por Buarque de Holanda, entre "civilização agrícola" e "civilização de raízes rurais" que situaram a especificidade do Brasil, confrontando-a com algumas contestações.

UNITERMOS: Civilização agrícola; civilização de raízes rurais; favor; agregado; camponês.

Este texto pretende resgatar algumas das problemáticas mais interessantes e sensíveis sobre a questão rural no Brasil, a partir de escritores clássicos e de outros mais recentes, para tentar confrontá-las com outra ordem de reflexões e de questionamentos a respeito do tema. Nesse sentido, vai procurar relacionar um conjunto amplo de autores no que eles têm de comum e semelhante, embora de forma alguma idênticos, a fim de traçar um quadro histórico da questão rural no Brasil que seja abrangente, de tal forma que a economia, estando presente na sua base, acolha as perspectivas do político, do cultural e do ideológico.

Civilização agrícola, ou civilização de raízes rurais?

Em que medida é possível considerar notável e amplamente elucidativa sobre a estrutura social brasileira, a partir do período colonial, a distinção perspicaz feita por Sérgio Buarque de Holanda entre "civilização agrícola" e "civilização de raízes rurais"¹? Até onde se pode dizer que essa distinção é capaz de abranger a totalidade

* Professora de História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982. p. 18 e 41.

dos prismas sociais, desde o econômico, passando pelo político até o cultural? E em que medida aplicar ao Brasil o conceito de “civilização de raízes rurais” desenha com sensibilidade nossos fundamentos estruturais? É desta questão que queremos partir. Se aos mais incautos essa distinção parecer apenas um jogo de palavras, na verdade, ela lança suas raízes em profundas análises de cunho abrangente, integrando um prisma macro-econômico.

Em um pequeno escrito publicado apenas em 1953, e que constituiu um balde de água fria² nos etapismos tão a gosto do marxismo positivista stalinista de então, Marx dizia:

“A história clássica antiga é a história da cidade. Mas as cidades têm por base a propriedade fundiária e a agricultura. (...) A Idade Média (época germânica) parte do campo, centro da história, cujo ulterior desenvolvimento se processa na oposição entre a cidade e o campo; é a urbanização do campo, e não, como na Antiguidade, a ‘ruralização’ da cidade”³.

Estas observações foram cruciais para que Perry Anderson trabalhasse o seu *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*⁴. Enquanto a civilização greco-romana da Antiguidade tinha sua base material – a fonte de onde provinham os bens excedentes que permitiram a uma ampla camada de artistas, cientistas e pensadores a produção de uma “civilização” – situada no campo e baseada no trabalho manual dos escravos, a civilização que surge nos burgos, desde o interior do processo de desenvolvimento do feudalismo, tinha por base contrapor a cidade ao campo. No dizer de Marx, tinha na Antiguidade a “ruralização” da cidade. A sua civilização urbana “sempre teve algo do efeito de fachada *trompe l’oeil* sobre sua posteridade, pois por trás desta cultura e organização não havia uma economia urbana que se lhe comparasse: pelo contrário, a prosperidade material que sustentava a sua vitalidade intelectual e cívica provinha em proporções esmagadoras do campo”. Por isso, as cidades greco-romanas eram antes de tudo “agregados urbanos de proprietários de terra”. Daí o contraste existente “entre a sua vitalidade cultural e superestrutural, e o seu embrutecimento infra-estrutural: a tecnologia manual da Antiguidade era exígua e primitiva...” Daí, também, não haver palavra para expressar o “trabalho”, que era considerado aviltante, coisa para seres

2. “Balde de água fria”, por introduzir um convidado inesperado para o banquete etapista – o modo de produção asiático –, sem lugar nessa escala ascendente do esquema “primeiro a sociedade primitiva, depois a Antiguidade, em seguida o feudalismo e, condição *sine qua non* para passar ao socialismo, o capitalismo”.

3. MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Porto, Escorpão, 1973. p. 14.

4. ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Porto, Afrontamento, 1982. p. 167.

desprovidos de inteligência como os escravos, os últimos, dentre os humanos, na escala hierárquica da cosmologia aristotélica. Se o trabalho estava “associado à perda de liberdade, não havia uma lógica social livre para a invenção”⁵.

Já no feudalismo, o processo se dá a partir da “oposição dinâmica entre cidade e campo: oposição entre uma economia urbana cada vez mais assente na troca mercantil, controlada por mercadores e organizada por guildas e corporações, e uma economia rural de troca natural, controlada pelos nobres e organizada em domínios e parcelas, com enclaves camponeses comunitários e individuais”. Um conjunto de fatores que se realizaram apenas nas regiões européias de organização feudal permitiu que, pela primeira vez na história da humanidade, as cidades deixassem de ser “agregados urbanos de proprietários de terra”, para crescerem de forma autônoma sobre a base de classes sociais, que tiravam sua riqueza de atividades realizadas na própria cidade. Esse conjunto de fatores passa pela “parcelização de soberania” do sistema político de poder no feudalismo, que permitiu “o fenômeno da cidade medieval na Europa ocidental”. Pela primeira vez na história, desenvolveram-se no seio de uma economia agrária burgos “livres” (francos), onde a classe burguesa pôde acumular lentamente capital sem ser expropriada pela força das monarquias absolutas, e também, lentamente, formar um conjunto estruturado de ideologias que se contrapunham a tudo o que era aristocrático e ligado ao modo de dominar e de produzir no campo. Entre esses elementos ideológicos, a valorização do trabalho manual, e portanto o impulso às invenções e às tecnologias⁶. Era a “oposição entre a cidade e o campo” da qual surgiu a “urbanização do campo” de que falava Marx.

O setor agrário, no entanto, teve um papel determinante na formação da classe burguesa e na consolidação de sua força econômica e política. Foi a lenta passagem de uma economia de troca natural para uma economia de mercado que incentivou os nobres, que precisavam ter dinheiro na mão para comprar os produtos oriundos de um comércio internacional que despontava, e substituir, progressivamente, a prestação de serviços em corvéia, por parte dos camponeses, pela renda em espécie e depois em dinheiro⁷. Como bem mostra Anderson, “o camponês era livre para tentar aumentar o produto da sua parcela” nos dias da semana em que não tinha de trabalhar na reserva senhorial. Isso foi um fator de grande importância para incentivar avanços tecnológicos na agricultura e um aumento de produtividade das terras nunca visto antes. Houve, como diz Anderson, um “grande salto em frente do excedente

5. *Idem, ibidem*, p. 18, 26 e 27.

6. *Idem, ibidem*, p. 166-7.

7. DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu – séculos VII-XII*. Lisboa, Estampa, 1980. p. 25; MANDEL, Ernest. *Tratado de economia marxista*. Lisboa, Delfos, 1975. p. 258.

agrícola”⁸. Para Georges Duby, “o progresso da agricultura nasce da pressão dos senhores, ansiosos de ver crescer o produto excedente do trabalho de seus dependentes, para apropriar-se dele”⁹. Com o fim das terras virgens a serem distribuídas ou cedidas aos camponeses, o esgotamento do solo e a diminuição demográfica, esse procedimento dos nobres não pôde mais ser praticado, e essa é a fonte do que Anderson chama de “crise geral” do feudalismo no século XIV, com suas seqüelas de guerras camponesas, de pestes e de queda no preço dos cereais. Desse período resultou uma intensificação das lutas de classe e uma reordenação das forças sociais no campo, da qual emergiu uma numerosa classe camponesa, no sentido estrito da palavra¹⁰.

Retomando Marx, Anderson e, agora também, Buarque de Holanda, vemos que tudo ganha mais sentido. O Brasil não foi uma “civilização agrícola”. Por quê? Porque

“em verdade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra ‘agricultura’ aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país, com os engenhos de cana. (...) A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil¹¹, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável”¹².

Dessas passagens, um incauto poderia deduzir precipitadamente que, como tudo o que é “campo” é “agrícola”, Buarque de Holanda estaria afirmando que o Brasil é o seu contrário simétrico, a-histórico e abstrato/geral, o “urbano”. Mas a perspicácia desse historiador já clássico leva-o a desvendar um outro “campo”, o da “cidade ruralizada” da Antiguidade, diferente do “campo” do feudalismo, do “campo urbanizado”¹³. Assim sendo, se “não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais”. Uma civilização que, como descreverá amplamente anos mais tarde Caio Prado Junior¹⁴, terá como base a grande empresa agrária, a grande propriedade trabalhada por braço escravo que produz monoculturalmente em grande escala e

8. ANDERSON, P. *Op. cit.* p. 208 e 204.

9. DUBY, G. *Op. cit.* p. 197.

10. ANDERSON, P. *Op. cit.* p. 221-34.

11. Estávamos nos idos de 1936, data da primeira edição de *Raízes do Brasil*.

12. HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.* p. 18.

13. É claro que com isso não estamos afirmando que Buarque de Holanda esteja identificando o Brasil colonial com a Antiguidade, mas apenas indicando características semelhantes nos dois períodos históricos, porque dessemelhantes da especificidade do feudalismo, que foi uma “oposição dinâmica entre cidade e campo”, com a cidade “urbanizando” o campo.

14. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

para exportação, usando e desgastando a terra e desprezando até mesmo os avanços tecnológicos que a Europa já havia alcançado quase mil anos antes. Pela mesma ordem de razões, as cidades do Brasil colonial e imperial serão “simples dependências” das grandes propriedades rurais¹⁵. Como agora podemos bem apreender, é a “ruralização” das cidades de que nos falava Marx.

Buarque de Holanda vai mais além para caracterizar o Brasil em sua visão totalizadora. Além dos aspectos econômicos nos quais ele não se detém (Prado Junior fará isso seis anos depois), interessa-lhe ressaltar qual é a estrutura mental, ou como se diria hoje, a mentalidade que emerge desse “rural”. “Nos domínios rurais a autoridade do proprietário de terras não sofria réplicas. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo”. Nesses domínios, o proprietário era ao mesmo tempo patrão da empresa e patriarca da família, “organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações”. Não uma família nuclear reduzida aos membros biológicos da união, mas uma família da qual faziam parte “os escravos das plantações e das casas, e não somente os escravos como os agregados”. Família no sentido da Antiguidade, cujo nome vem de *famulus*, portanto, “vinculada à idéia de escravidão”. Vemos assim que a figura de proa do “rural” é o chefe da empresa agrícola, bem como da família patriarcal e escravista, instituições que no caso se confundem. É esse rural que “ruraliza” as cidades brasileiras. Por isso Buarque de Holanda nos diz que “a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens”, do que a que predominava “em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. Invasão, porém, dessa família-escravidão, na qual o *pater familias* dominava patriarcalmente o vasto corpo social composto pela esposa, filhos, agregados e escravos. Dessa forma, Buarque de Holanda vê na burguesia urbana um caráter de “improvisação quase forçada”, levando a que “certas atitudes peculiares, até então ao patriciado rural, logo se tornaram comuns a todas as classes como norma ideal de conduta. Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade da casa-grande invadiu assim as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes”¹⁶.

Dessa forma, há em Sérgio Buarque de Holanda uma negação da contigüidade de noções como “agrícola” e “rural”. A primeira é entendida como aquela atividade exercida pelos produtores diretos que, há séculos e cimentada pela

15. HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.* p. 41; para as considerações sobre o atraso tecnológico da agricultura colonial, p. 19; e PRADO JUNIOR, C. *Op. cit.* p. 135-40.

16. HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.* p. 48-50 e 55.

tradição, têm a posse, senão a propriedade de terras e dos meios de produção, que dirigem o processo produtivo sobre a base da atividade familiar e têm interesse no aumento da produção excedente. A noção de rural, ao contrário, é entendida como um complexo particular de situações em que um grande proprietário de terras organiza a produção para vendê-la no exterior, é o proprietário da terra, dos instrumentos de produção e dos próprios trabalhadores, os escravos. Essa configuração impõe à nação uma marca nas mentalidades de que a figura da família patriarcal invade todas as esferas. Essa marca é o grande tema de todo o livro e tem o seguinte corolário: do ponto de vista da existência material, todo o resto da população vê-se envolvido na relação polar fundamental entre senhores e escravos. E envolvido num sentido preciso: não há espaço para o homem livre e independente. Os homens livres e sem propriedades são sempre dependentes do favorecimento dos senhores. Veremos como esta vertente tem sido trabalhada por muitos autores, e em especial por Roberto Schwarz¹⁷.

O “agrícola” a que se refere Buarque de Holanda corresponde aos camponeses oriundos do processo de desenvolvimento feudal de que falamos acima, e que tinham “esse zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos genuinamente agricultores”. Daí sua distinção entre dois tipos ideais: o “aventureiro”, o que quer “colher o fruto sem plantar a árvore” e cujas qualidades são “audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem”, enfim, “uma concepção espaçosa do mundo”; e o “trabalhador” “aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar”, é persistente, previdente e tem uma “ética do trabalho”¹⁸. E Buarque de Holanda esclarece, então, que a colonização americana, em sua grande parte foi feita pelo “aventureiro” e não pelo “trabalhador”, correspondendo este ao “agrícola” e aquele ao “rural”. (Trata-se da mesma distinção, integrada por Caio Prado Junior, entre “colônias de exploração” e “colônias de povoamento”).

Estudar o Brasil “de dentro para fora”, ou “de fora para dentro”?

Da negação de um caráter “agrícola” para as raízes da formação social brasileira, estando “agrícola” ligado originalmente à forma produtiva familiar feudal, poderíamos deduzir a afirmação do seu contrário maniqueísta, o capitalismo, dentro do esquema de raciocínio etapista de que uma sociedade, não sendo ainda socialista, só pode ser feudal ou capitalista?

17. SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1977; e *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades, 1990.

18. HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.* p. 18 e 13.

Essa hipótese, que seria mais uma conclusão precipitada, desloca a discussão para outra questão aparentemente externa à que estamos discutindo: o caráter das relações de produção no Brasil colonial, imperial etc., até, no mínimo, 1930. Sérgio Buarque de Holanda, totalmente avesso à idéia de encaixar a sociedade brasileira em uma etapa qualquer, não alimentaria, entretanto, a dedução de que as “raízes rurais” do Brasil, por não torná-lo feudal, transformam-no em capitalista. Entretanto, a partir da obra de Caio Prado Junior e de seus seguidores, sobretudo Fernando Novais, que não estão em nenhum aspecto fundamental em contradição com a de Buarque de Holanda, surgiu uma ácida polêmica que lhes atribui a caracterização de um Brasil capitalista, já que não feudal. Quais são as coordenadas dessa polêmica?

Contra aqueles que haviam seguido o esquema etapista do stalinismo e contra outros que, por pura falta de instrumental teórico, viam no atraso do campo no Brasil, até os anos 50, sinais de um feudalismo “das trevas” que “resistia” ao avanço do progresso materializado pelo capitalismo e pela industrialização, condição *sine qua non* para permitir-se lutar pelo socialismo¹⁹, Caio Prado Junior elaborou, desde os anos 40, uma interpretação original e precisa de um ponto de vista da economia marxista. O Brasil nunca havia sido feudal. Havia, sim, sido integrado desde a descoberta ao processo de acumulação de capital em sua fase mercantil, estruturando-se a produção e a sociedade em função desse lugar no processo global de acumulação de capital. Daí o “sentido da colonização”. Disso se deduzia que a cidade, tal como em Buarque de Holanda, não havia surgido por oposição ao campo, mas, pelo contrário, por dependência e extensão dele. Até porque esse campo “rural” teve, desde o início, uma ligação umbilical e dependente com o acúmulo de capital que se fazia nos centros, em seus burgos, e em benefício da burguesia local.

As elaborações econômicas e marxistas de Prado Junior inspiraram toda uma geração de pesquisadores, sobretudo na USP. Além de Novais, Boris Fausto demonstraria, através de pesquisa e reflexão, que mesmo a fase de urbanização e de industrialização após 1930 e a classe emergente nesse processo, a burguesia industrial, não surgiram por oposição ao campo, como no capitalismo central, mas patrocinada pelos capitais oriundos da exportação do café, nosso produto monocultural de então. Conforme ele afirma, “não obstante a existência de atritos há, entretanto, uma complementariedade básica nos núcleos dominantes do país – São

19. Pode-se lembrar em especial as obras de Nelson Werneck Sodré, por exemplo, *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1963; no caso de definições sem maiores pretensões teóricas, temos o caso de Rui Facó, que classifica o sul do Brasil de “capitalista”, e o norte e o nordeste de “semifeudal”. (*Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p. 8).

Paulo e Distrito Federal – entre os setores agrários e industriais, sob a hegemonia da burguesia do café”²⁰.

Mais tarde, nos anos 60, partindo de outro horizonte, embora também marxista, Andrew Gunther Frank analisa especificamente o Chile e o Brasil e desenvolve a tese, não antagônica a esta, de que a expansão do capitalismo nos países periféricos não trazia progresso, mas reproduzia o atraso, “desenvolvia o subdesenvolvimento”²¹. De onde se seguia que, ao contrário do que ainda pregavam os liberais progressistas, então chamados de “reformistas”, e todos os matizes de esquerda do etapismo stalinista – comunistas pró-URSS, maoístas, e mesmo, e em grande medida por falta de instrumental teórico, os castristas –, a burguesia industrial dos países subdesenvolvidos não estava interessada na supressão do atraso, mas precisamente no contrário, na sua conservação, aprofundamento e integração.

A burguesia industrial, ao contrário do que postulava o Plano de Metas do Governo Goulart, não queria a reforma agrária e a extensão do salário mínimo ao campo para integrar a população rural, então a maioria, ao mercado consumidor. Queria, sim, conservar a situação. Seus interesses estavam inextricavelmente ligados aos dos grandes proprietários rurais e ao capital estrangeiro. O golpe de 64 veio dar razão de sobra a Gunther Frank, a Rui Mauro Marini e aos teóricos da Polop.

Posteriormente, sob o impacto da febre do marxismo estruturalista, porém igualmente influenciados por um cientificismo de molde positivista que acompanhou a época, e também em decorrência do grande debate entre historiadores sobre o caráter da transição do feudalismo ao capitalismo patrocinado pela revista *Montly Review*, nos anos 60 (Dobb, Sweezy, Baram etc.), um novo ponto de vista surgiu criticando cabalmente Caio Prado Junior, Novais e Gunther Frank. Na América Latina ele foi exposto sobretudo por Ernesto Laclau, ao passo que no Brasil, sob formas ligeiramente diferentes, mas com amplos seguidores, apareceu sobretudo nas obras de Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso. É essa corrente que nos interessa comentar no momento, para analisarmos seu prisma metodológico e discutirmos o estilo dos resultados aos quais pode-se chegar por essa via.

Um dos cavalos de batalha dessa corrente, ou seja, um dos mecanismos utilizados para a crítica demolidora das obras de Prado Junior, Gunther Frank e

20. FAUSTO, Boñs. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1975. p. 46.

21. Ver FRANK, Andrew Ghunter. *Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine*. (1a. edição americana de 1967). Paris, Maspero, 1972; na mesma linha, iam solitariamente as análises da Polop (Organização Marxista Revolucionária – Política Operária); ver os artigos de Rui Mauro Marini, que defendia esse ponto de vista, republicados em *Subdesenvolvimento e revolução*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.

Novais, era a interpretação de que havia nelas, conforme Flamarion Cardoso, “uma espécie de capitalismo perene, do século XVI em diante, instalado no continente americano, cujo fundamento teórico era uma definição de capitalismo que nos parece absurda, por partir da esfera da circulação e de apreciações sobre a busca de lucro aliadas a certa concepção de racionalidade capitalista – e não da esfera de produção”²².

Também Gorender atribui a Prado Junior a descoberta de “uma realidade permanente e imanente – a estrutura exportadora da economia colonial”²³. Mas o nó dessa questão, que nos interessa particularmente discutir aqui, encontra-se na crítica, transformada em uma espécie de lugar-comum desse período, de que Prado Junior e os outros teriam privilegiado a circulação em detrimento da produção, pecado capital para o marxismo. Além disso, teriam derivado suas análises de fora para dentro, e não, como faria um cientista marxista correto, de dentro para fora²⁴. O que queremos destacar para efeito de discussão é essa regra geral do marxismo correto – aplicável universalmente, sempre e em todas as épocas – de definir tudo a partir da produção e do modo de produção; ou numa outra fórmula, partindo de dentro e não de fora. Gorender é, quanto a isso, radical e enfático: “as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito (...) o estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material”²⁵.

Mas foi Laclau que, em debate com Gunther Frank, levou explicitamente a discussão às fontes marxistas. Para ele, Marx teria analisado feudalismo e capitalismo como “modos de produção”, ao passo que os que definiram a América Latina como capitalista, tanto quanto os que a definiram como feudal (sob uma ótica diferente da dele, Laclau), fizeram-no a partir da esfera da troca e não da esfera da produção. Assim, ele pergunta: “Existiam, de fato, as condições estruturais do capitalismo na Europa do século XVI quando, segundo Frank, o processo de dominação capitalista iniciou-se na América Latina? Poder-se-ia considerar o trabalho livre como a regra, na época?”

22. FLAMARION CARDOSO, Ciro. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro das Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1988. p. 32.

23. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1980. p. 17.

24. Deixaremos aqui de lado por não considerarmos importante para o tema em pauta neste texto, que não está discutindo modos de produção, sistemas ou etapas, o fato de Gorender chegar a caracterizar a vigência no Brasil de um modo de produção “escravista colonial”, enquanto Flamarion Cardoso não adere a essa definição, tendendo a dar importância fundamental à “brecha camponesa” no interior do sistema escravista. Ernesto Laclau, por sua vez, define as formações latino-americanas como feudais, porque não-capitalistas. (*Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 36).

25. GORENDER, J. *Op. cit.* p. 21 e 25.

Segundo Laclau, Frank teria se apoiado em uma citação de Marx, onde ele afirma que “a moderna história do capitalismo se inicia com a criação, no século XVI, de um comércio mundial e de um mercado mundial”, mas considera esta citação mal traduzida e retruca:

“se tomássemos as definições de Frank de capitalismo e feudalismo ao pé da letra, deduziríamos delas muito mais do que Frank pretende. De fato, se o capitalismo já se tivesse generalizado nos países metropolitanos no século XVI – e não fica claro porque ele se detém nesse período, uma vez que o comércio e a economia de mercado já predominavam desde épocas bastante anteriores – concluiríamos que a Inglaterra elisabetana ou a França renascentista estavam suficientemente maduras para o socialismo, algo que, acredito, o próprio Frank não estaria preparado para sugerir”²⁶.

Ou seja, nesta interpretação, os séculos XV, XVI, XVII e XVIII, por não terem ainda uma produção capitalista industrial, sob a forma da congregação sob o mesmo teto de trabalhadores desprovidos de tudo, menos de sua força de trabalho, pelo fato de o capital não ter ainda penetrado no próprio processo de produção, são simplesmente séculos feudais ou atenuadamente pré-capitalistas. Mais ou menos na mesma linha, Dobb, mencionado por Laclau, havia defendido que a noção de capitalismo comercial para esses anos era totalmente equivocada, pois só se pode falar de capitalismo “quando as mudanças no modo de produção ocorrem no sentido de uma subordinação direta do produtor ao capitalista”²⁷.

E o que dizia o próprio Marx sobre o assunto? Em mais de uma passagem de *O capital* ele se refere ao início do capitalismo, situando-o efetivamente em torno do século XVI:

“Os diferentes métodos de acumulação primitiva que a era capitalista faz surgir dividem-se inicialmente, por ordem mais ou menos cronológica, entre Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, até que esta combina todos no último terço do século XVII, num conjunto sistemático que engloba o regime colonial, o crédito público, as finanças modernas e o sistema protecionista (...) Embora os primórdios da produção capitalista se nos deparem já, bem cedo, em certas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista data do século XVI. (...) A revolução que iria lançar os primeiros fundamentos do regime capitalista teve seu prelúdio no último terço do século XV e no começo do século XVI. (...) A história moderna do capitalismo data da criação de um comércio e de um mercado dos dois mundos no século XVI”²⁸.

26. LACLAU, E. *Op. cit.* p. 20, 30 e 33.

27. LACLAU, Ernesto. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p.30.

28. MARX, Karl. *Le capital*. Paris, Editions Sociales, 1975. Livr. I, t. III, cap. XXVII, p. 193; livr. I, t. III, cap. XXVI, p. 156 e 158; e livr. I, t. I, cap. IV, p. 151.

Assim, a questão do começo do capitalismo a partir de um ponto de vista mais abrangente e não meramente como “modo de produzir”, tal como é tratado por Dobb e Laclau, é situada por Marx no século XVI, de modo que não seria nenhuma aberração falar-se de capitalismo comercial. Claro, Marx fala de “era”, de “produção” e usa outras palavras vagas que não, exatamente, “modo de produção”, justamente no sentido abrangente que vai muito além do estrito modo de produzir.

Além disso, cabe ver também o que disse Marx a respeito do preceito absoluto, portanto “científico” e “corretamente marxista”, de privilegiar sempre a produção, e secundarizar sempre a circulação. O que disse ele exatamente sobre o “caráter revolucionário” da produção, no sentido de ser ela a propulsora do desenvolvimento das forças produtivas? Essa questão é tratada nesta interessante passagem que pode bem elucidar os que, tomando *O capital* como bíblia, pontificam que tudo tem de partir da produção, ou em sua versão mais provinciana, “de dentro”, já que a produção pressupõe o nacional (ao passo que a circulação pressupõe o internacional, portanto, a totalidade):

“Nos limites do modo de produção capitalista, isto é, desde que o capital toma conta da própria produção conferindo-lhe uma forma específica totalmente modificada, o capital mercantil não se apresenta mais como um capital dotado de uma função particular. (...) Não é portanto absolutamente difícil de compreender porque o capital mercantil aparece como forma histórica de capital, bem antes que o capital tenha tomado conta da própria produção. Sua existência e seu desenvolvimento a um certo nível são, eles próprios, a condição histórica para o desenvolvimento do modo de produção capitalista: primeiro, porque eles condicionam a concentração da fortuna monetária; segundo, porque o modo de produção capitalista supõe uma produção destinada ao comércio, vendida no atacado e não aos particulares... (...) No interior da produção capitalista o capital mercantil encontra-se despojado de sua existência autônoma anterior e não é senão um elemento particular de investimento de capital... (...) Se no século XVI, e em parte ainda no século XVII, a extensão súbita do comércio e a criação de um novo mercado mundial exerceram uma influência preponderante no declínio do antigo modo de produção e no surgimento do sistema de produção capitalista, deu-se o contrário após criado o modo de produção capitalista. A base deste último é constituída pelo próprio mercado mundial. Por outro lado, a imanente necessidade, para o modo de produção capitalista, de produzir em escala sem cessar maior, incita a uma extensão perpétua do mercado mundial, de modo que neste caso não é o comércio que revoluciona constantemente a indústria, mas sim o contrário”²⁹.

29. *Idem, ibidem*, livr. III, T. I, cap. XX, p. 335, 336 e 341. Os grifos são nossos.

Fica assim evidente que o capital mercantil “revolucionou”, “mudou o modo de produção”, “exerceu uma influência preponderante sobre o declínio do antigo modo de produção e o surgimento do sistema de produção capitalista” até o momento em que o capital “tomou conta da produção”, isto é, até o capitalismo industrial. Sendo assim, as colocações que orientam no sentido de definir os séculos XVI, XVII e XVIII como uma fase intermediária “com predomínio das formas políticas do absolutismo, no plano político, e no social, a persistência da sociedade estamental, fundada nos privilégios jurídicos”, fase que pode ser denominada de “capitalismo comercial”³⁰, são perfeitamente cabíveis no marxismo de Marx.

Entretanto, cabe problematizar qual é o pano de fundo desse empenho em definir tudo a partir apenas do produzir, como se só o modo de produzir determinasse, de forma definitiva, a configuração de uma determinada situação histórica. A linha traçada por essas argumentações, além de situar-se na história econômica, coloca-se sob um prisma economicista de privilegiar quase com exclusividade o aspecto da produção, isolando-o, dentro da própria economia, do seu corolário, a circulação; e abstraindo o local nacional ou regional da produção do contexto internacional da circulação, portanto, separando a parte da totalidade. Os procedimentos metodológicos desse tipo não tendem apenas a isolar o caráter empírico-abstrato do fato da produção, como ainda a cristalizá-lo e coisificá-lo³¹. Com isso, o resultado é uma análise totalmente impermeável a outros aspectos do social, em particular a tudo o que se relaciona à cultura. Tendem ainda, apesar de transitarem disciplinarmente na história, a desistoricizar o fato da produção, desligando-o do movimento do passado, do presente e do futuro. Ora, o procedimento metodológico de um historiador econômico marxista como Caio Prado Junior leva justamente ao oposto. Ele analisa, no nível da economia, a produção e a circulação como um único conjunto, integrando dessa maneira a parte – a produção rural colonial no Brasil – com o todo – o processo de acumulação de capital em nível mundial. Da análise dessa totalidade ele pode deduzir um “sentido” para a colonização e reconstruir o objeto, agora como “real concreto”, isto é, dotado de significação. Os personagens que então surgem nesse real concreto são as classes sociais do Brasil colônia, não em abstrato, mas tal qual atuaram nesse grande palco: os proprietários de terras, os escravos e os homens livres, pobres e dependentes. Dessa análise econômica mais de um autor retirou preciosas pistas para a análise

30. NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do sistema colonial*. Lisboa, Livros Horizonte, 1975. p. 15 e 82.

31. Ver, com relação a esses conceitos, G. Lukács, *Qu'est-ce que le marxisme orthodoxe?* In: *Histoire et conscience de classe*. Paris, Les Editions de Minuit, 1960; e ainda L. Goldmann, *Le Dieu caché: étude sur la vision tragique dans les pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris, Gallimard, 1976, especialmente o cap. 1, *Le tout e les parties*.

da vida social e cultural do Brasil³². Além disso, esta análise econômica em nada de estrutural se opõe às obras clássicas que a antecederam, como a de Sérgio Buarque de Holanda. É o que tentaremos demonstrar.

Camponês ou sem-terra?

A discussão polêmica sobre o caráter do modo de produção no Brasil nada tem a ver, na aparência, com o ponto do qual partimos, a contraposição de “rural” e “agrícola” feita por Buarque de Holanda. Mas é só aparentemente e numa primeira abordagem.

O acertado das teses de Caio Prado Junior, que inclui no “sentido da colonização” a preponderância da “fazenda” monocultural produzindo para fora, bem como a marginalização da economia de subsistência tanto dos homens – agregados e cabras – que a executavam, quanto das épocas em que floresceram, correspondendo justamente às crises na exportação, quando então a “fazenda” a admite, tudo isso encaixa-se perfeitamente nas sugestões de Buarque de Holanda.

Entre essas sugestões, há uma que é feita pontualmente, mas que condensa toda a sua força: “O resultado é que a distinção entre o meio urbano e a ‘fazenda’ constitui no Brasil, e pode dizer-se que em toda a América, o verdadeiro correspondente da distinção clássica e tipicamente européia, entre cidade e aldeia. Salvo muito raras exceções, a própria palavra ‘aldeia’, no seu sentido mais corrente, assim como a palavra ‘camponês’, indicando o homem radicado ao seu rincão de origem através de inúmeras gerações, não correspondem no Novo Mundo a nenhuma realidade”³³.

Vemos assim que, tanto quanto o “meio urbano”, não é a cidade que nasce, no feudalismo, por oposição ao campo, a “fazenda” não é a aldeia. Vale dizer, a fazenda não é aquele meio ambiente que, como a aldeia, constitui o centro da vida camponesa; entenda-se como camponês o homem radicado ao solo de sua aldeia por laços ancestrais seculares.

Qual é a importância da aldeia na vida camponesa? Ela confunde-se, no caso da Europa ocidental e em muitos outros casos (China, Peru, Europa do Leste etc.), com a própria conformação da classe camponesa; e confunde-se ainda com a noção de família, um certo tipo de família originária do clã. Por isso as terras da

32. Ver, por exemplo, MELLO E SOUZA, Laura. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 14-6; e também SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. *Op. cit.*

33. HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.* p. 56.

aldeia são as terras da família do tipo patriarcal, a *terra unius familiae*, que em Portugal chama-se "casal". "É portanto a grande família, o clã, que ocupa a aldeia, e a família propriamente dita que constrói a quinta". O arroteamento (desbravamento de florestas) era feito coletivamente e, ou se tornava propriedade coletiva, ou era redistribuído periodicamente. Só o jardim e a árvore da casa evoluem para a propriedade privada. Jardim significa cerca, isto é, campo fechado. Mesmo depois de aparecer a propriedade privada dos campos,

"a antiga propriedade comunal manteve-se sob diversas formas. Uma terça parte da aldeia, para além da casa e do jardim, por um lado, e dos campos aráveis, por outro, composta essencialmente de pastagens e de bosques, manteve-se propriedade coletiva. (...) O direito de pastagem nos baldios, quer dizer, do uso de todos os campos para o gado de todos os membros da comunidade, antes das sementeiras, de rebusca depois da colheita, de construção ou de utilização em comum dos moinhos, ou das fontes de água, a constituição da aldeia em uma unidade coletivamente responsável pelo pagamento de impostos, a manutenção dos hábitos de auxílio mútuo, o direito de estabelecimento de novas granjas em porções do bosque arroteadas – todos estes fenômenos provam que durante séculos, subsiste uma forte solidariedade coletiva na vida aldeã, solidariedade cujas raízes mergulham na propriedade comunal de antanho"³⁴.

Da mesma forma, Anderson descreve a situação dos camponeses no feudalismo e a possibilidade que tiveram de manter uma autonomia e uma resistência, falando das características estruturais dessa produção rural: a existência de terras comunais da aldeia e alódios, ou seja, propriedades sem encargos senhoriais, compatíveis com o sistema feudal. Esses elementos conformaram a estrutura da resistência. O domínio dividia-se entre a reserva senhorial organizada pelos feitores e cultivadas por vilões, isto é, pelos homens da vila, da aldeia, e as parcelas camponesas cuja organização estava nas mãos dos vilões. Como se pode perceber, a aldeia e seus mecanismos comunitários foram sólidos elementos de resistência da classe camponesa cuja existência está usualmente colada à da *terra unius familiae*, a aldeia, numa simbiose estruturada em séculos de tradição.

Se destacarmos o olhar da aldeia e olharmos a nossa "fazenda", o que veremos? Sem dúvida era o escravo que produzia o essencial da riqueza, daquilo que fazia o esplendor das classes dominantes locais. A "fazenda" nada tem a ver com a aldeia. Nela, não há preocupação em cuidar da terra, que é farta e nada vale. Pela mesma razão, não há amor pela terra: ela é doada pela metrópole – quem tem sua propriedade não a trabalha, quem a trabalha não tem sua propriedade e, no caso dos escravos, nem sequer a sua posse. Tampouco há, como já foi

34. MANDEL, E. *Op. cit.* p. 29-30.

dito, uma mentalidade que favoreça inovações tecnológicas porque a mão-de-obra escrava é farta, pode ser usada e abusada. Há uma família, também patriarcal, porém não há uma produção agrícola familiar; o que existe é uma família semelhante à da Antiguidade, que integra a escravaria sob o domínio de um arbitrário *pater familias*.

Mas, como se sabe, além de senhores e escravos, os protagonistas da cena econômica, havia uma outra classe (ou setor) numerosa, marginal, porém crucial na dinâmica social e cultural: os homens livres sem propriedade. No palco da vida colonial brasileira há uma relação econômica fundamental entre duas classes sociais: os senhores e os escravos. Mas a terceira classe, ou melhor, grupo, na verdade desclassificado, se intromete na cena porque é numeroso, porque produz a subsistência que alimenta a população da colônia, porque ganha mais espaço para produzir em épocas críticas da economia agro-exportadora e, por fim, porque com ela os senhores estabelecem um vínculo de dominação informal, porém sólido e duradouro, que é o favorecimento, e que honra os miseráveis homens livres, pobres e dependentes³⁵. Sobre este tema dirá R. Schwarz:

"sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica. A chave desta era diversa. Para descrevê-la é preciso retomar o país como um todo. Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o "homem livre", na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão de terceiros que nos interessa. Nem proprietários, nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre essas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. (...) O favor é a nossa mediação quase universal. (...) O favor assegurava às duas partes (isto é, aos latifundiários e aos "terceiros"), em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma"³⁶.

35. É de se notar que no universo da "casa-grande e senzala" o favor já havia entrado em cena. Gilberto Freyre já apontara com sensibilidade, porém com um olhar enviezado pelo seu ponto de vista do macho-branco-proprietário, a "doçura" nas relações dos senhores com os escravos da casa-grande. Enquanto os da lavoura padeciam sob o trabalho e o chicote, outros eram favorecidos com o tratamento "quase" de família. (*Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, Schimidt, 1936, p. 261).

36. SCHWARZ. R. *Op. cit.* p. 15-6 e 18.

Caminhando numa direção semelhante, apesar da grande diferença de vocabulário e de perspectivas teóricas, José de Souza Martins³⁷ retoma, em seu painel sobre as origens sociais do campesinato no Brasil esse personagem marginal, de múltiplas caras, que já havia aparecido sucessivamente na literatura brasileira: o agregado dedicado à agricultura de subsistência (Caio Prado Junior), os terceiros (Schwarz), os fanáticos, os jagunços e os cangaceiros (Rui Facó)³⁸, os vadios e desclassificados (Laura de Mello e Souza)³⁹, os homens livres pobres⁴⁰, os cabras, os mulatos, os mestiços, os posseiros, os meeiros, os sitiantes, os moradores de favor etc. Ao referir-se a estas origens, que o teriam levado a definir este personagem como “aquele que não está, senão ocasionalmente e nas margens, nesta sociedade”⁴¹, Martins confere implicitamente razão a Buarque de Holanda e à sua sugestão sobre a ausência da aldeia e do camponês. Ou seja, Martins mostra que o “camponês” tradicional no Brasil nada tem a ver com a referência internacional ao camponês residente em sua aldeia ancestral, mas ao contrário, é essencialmente um lavrador sem terra e permanentemente se deslocando. É um lavrador sem propriedade e com uma frágil posse da terra, no passado sempre sujeito ao favor, hoje ao sabor de flutuações derivadas do avanço da modernização no campo.

Na impossibilidade de acesso à propriedade formal da terra, bem como o acesso informal e transitório à posse dela, situa-se a raiz da dependência do nosso “camponês” em relação ao proprietário fundiário, a dependência do favor dos coronéis. Na instância política, esta dependência do favor teria engendrado o fenômeno do coronelismo que teve sua maior expressão na Primeira República. A “venda”, “troca”, ou “dom” do voto contra o favor impregnou a vida pública e administrativa do país, e teve como outra face da mesma moeda o arbítrio; ou seja, “aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplicam os rigores da lei”⁴².

37. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.

38. FACÓ, R. *Op. cit.*

39. MELLO E SOUZA, L. *Op. cit.*

40. Trabalhados por M. Sylvia de Carvalho Franco, cf. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, IEB, 1969.

41. *Op. cit.* p. 25.

42. Cf. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975. p. 39.

READING NOTES ON A HISTORICAL PERSPECTIVE OF THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT: This study is a bibliographic review of the works of various classical and modern Brazilian writers, in special Sergio Buarque de Holanda and Caio Prado Junior, having as a guide line the relevance of the rural question in Brazilian history. Some particular concepts are discussed, such as the distinction, proposed by Buarque de Holanda, between the "agricultural civilization" and the "civilization with rural roots" that molded much of Brazil's specificity.

KEYWORDS: Agricultural civilization; civilization with rural roots, benefits; agglutination; countryman.